

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: conexões possíveis

artigo de revisão

Guilherme Goulart Righetto*

Elizete Vieira Vitorino**

Enrique Muriel-Torrado***

RESUMO

Discute acerca da complexa temática da vulnerabilidade social na sociedade do conhecimento e a relação com a competência em informação, incluindo termos correlatos, como democracia, inclusão e exclusão social, cidadania, direitos humanos e movimentos sociais. É concebida uma “ponte” entre a competência em informação, a vulnerabilidade social e os movimentos sociais, com o intuito de aproximar os temas principais do estudo, mediante revisão de literatura. A abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação é substancial, pois os usuários da informação não são indivíduos inseridos em mundos paralelos, mas sim em mundos construídos socialmente. Desse modo, torna-se pertinente a pesquisa social voltada às populações vulneráveis, e suas necessidades de informação. Necessidades que podem ser supridas com o desenvolvimento da competência em informação, componente de emancipação cognitiva dos indivíduos. Chega-se à conclusão de que a predisposição de localizar informações, assemelha-las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável.

Palavras-chave: Competência em informação. Vulnerabilidade social. Movimentos sociais. Sociedade do conhecimento. Direitos humanos.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Competência em Informação, Brasil.
E-mail: rghtto@gmail.com.

** Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Pós-doutorado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br.

*** Doutor em Documentación pela Universidad de Granada, Espanha. Mestre em Documentación Digital pela Universitat Pompeu Fabra, Espanha. Mestre em Información Científica pela Universidad de Granada, Espanha. Professor Asistente da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
E-mail: enriquemuriel@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

A partir do exponencial crescimento de informação oriundo no século XX e da marca do sistema econômico e produtivo capitalista, ocorre a ascensão da sociedade da informação, do conhecimento e de novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Com o advento da internet e seus atributos, tais como os mecanismos de buscas, as bases de dados e a tecnologia móvel, apresenta-se uma nova configuração social na qual a informação é disseminada de forma efêmera e fragmentada.

É necessário estar apto para utilizar com responsabilidade e consciência a informação. Mais do que simplesmente saber manusear a

máquina, a grande questão que ronda as relações sociais no panorama da globalização é como lidar, humanizar e compreender as diferenças que podem estar tão perto – na palma da mão, num televisor ou numa tela de um dispositivo digital – e ao mesmo tempo, tão longe da vida das pessoas.

Considera-se pertinente a proposta da competência em informação no que diz respeito à relação simbiótica entre o indivíduo e a informação. Para Lau (2007), a competência em informação é um conjunto de habilidades que pode ser aprendida, mas, contudo, o indivíduo deve ter iniciativa ou atitudes que o levem à aprendizagem. A utilização de ferramentas adequadas inferidas em métodos e técnicas,

aplicadas individualmente ou em grupo com a supervisão de profissionais proporcionará o desenvolvimento das habilidades basilares ao uso da informação e o sucesso na aprendizagem dessa.

A competência em informação é apontada como um processo constante de interação e assimilação de princípios conceituais, atitudinais e de habilidades singulares como referenciais ao entendimento da informação e de sua amplitude em busca das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicação no cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais ao longo da vida (BELLUZZO et al., 2004).

Desta forma, assim como a competência em informação é uma prática social, Wersig e Neveling (1975) consideram como objetivo da Ciência da Informação sua responsabilidade social, particularmente no contexto da transferência do conhecimento para aqueles que o precisam. Le Coadic (1996) também a caracteriza como social, alertando que se trata de uma ciência que busca assimilar fatores sociais e culturais, tendo como função social o amparo científico para aqueles que procuram a informação.

Seguindo esta linha, Araújo (2012) considera substancial a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação, pois os usuários da informação não são indivíduos que vivem em uma realidade paralela, estando inseridos em realidades com significados construídos socialmente. Portanto, reforça-se a importância da pesquisa social voltada aos segmentos sociais vulneráveis e suas necessidades de informação.

Neste sentido, discutir sobre a vulnerabilidade na sociedade contemporânea é uma tarefa complexa, pois se está longe de erradicar aspectos presentes na pós-modernidade, como a exclusão social, o preconceito e a desigualdade. Logo, propõe-se refletir e caracterizar a relação entre a vulnerabilidade social e a competência em informação por meio da compreensão de alguns termos correlatos.

Para tal, realizou-se uma revisão de literatura a fim de construir conexões possíveis entre os conceitos de vulnerabilidade social e competência em informação. Para Alves-Mazzotti, (2002), a revisão de literatura se propõe a construir a contextualização para o problema

e a análise das possibilidades existentes na literatura consultada para a concepção do referencial teórico do estudo.

Portanto, cabe realizar o questionamento: o que pensar acerca da democracia, exclusão e inclusão social, cidadania, direitos humanos, movimentos sociais e grupos vulneráveis na sociedade do conhecimento?

2 DEMOCRACIA, EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Nesta parte, se estabelece uma relação entre os conceitos de democracia, exclusão e inclusão social, cidadania, direitos humanos e vulnerabilidade social. Serão apresentados alguns apontamentos sobre estes conceitos, buscando criar uma “ponte” entre a vulnerabilidade social e a competência em informação. Consideram-se pertinentes quaisquer propostas sobre o desenvolvimento da competência em informação, em segmentos sociais vulneráveis, tendo em vista como premissa a relação simbiótica entre o indivíduo e a informação.

Para, de fato, tratar da relação entre indivíduo e informação, há que se desenhar uma linha imaginária das transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando: são mudanças culturais, mercadológicas e sociais ao longo de sua trajetória, e na virada do século que ocorreram principalmente no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e na subsequente proliferação de seus recursos e dispositivos, tais como a internet e o *smartphone*. A sociedade do século XXI emerge então como a sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, entre outras denominações que aparecem na literatura para identificar o atual paradigma.

Burch (2006) expõe que a ideia de sociedade do conhecimento surge no fim dos anos 90 como alternativa à sociedade da informação, utilizada principalmente no meio acadêmico. O termo sociedade do conhecimento ou sociedades do saber é adotado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em suas diretrizes e documentos institucionais, visando uma reflexão acerca deste tema ao procurar uma concepção mais abrangente que ultrapassa a esfera econômica.

Para a Unesco, o termo sociedade da informação representa a matriz das sociedades do conhecimento, termo este relacionado à premissa da inovação tecnológica, e o termo sociedades do conhecimento abrange o prisma pluralista da sociedade: a transformação e o desenvolvimento social, cultural, econômico, político e institucional. Logo, quando se fala em sociedades do conhecimento em oposição à sociedade da informação, entende-se que o conhecimento é importante tanto para o crescimento econômico quanto para os demais setores da sociedade (BURCH, 2006).

Apesar do entusiasmo em torno da construção de uma possível sociedade da informação democrática e igualitária, com o suporte dos atributos tecnológicos, faz-se necessário recordar o denso processo de transformação social que a sociedade está atravessando. A aparição de novas formas de organização social, econômica e política, tais como a maior visibilidade e discussão sobre os grupos vulneráveis nos mostram que a atual crise estrutural é um reflexo direto das relações entre economia, sociedade e dos modos de constituição de identidades coletivas e individuais (TEDESCO, 2002).

Conforme discute Bueno (2010), a democracia emerge como criação e tem como função ordenar as instituições e comunidades. A diferenciação da democracia para os demais regimes políticos encontra-se nos meios libertários e socialmente acordados que são recomendados para alcançar as finalidades democráticas. Segundo Castells e Cardoso (2005), com base na teoria de Max Weber, a democracia é identificada por sua hierarquia, transparência na jurisdição, compensação pelo mérito, neutralidade administrativa e a tomada de decisão subsidiada por princípios estruturados.

Um sistema democrático pode ser o arranjo institucional para a tomada de decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão de uma disputa eleitoral por intermédio do voto. Existem sete critérios-chave no sistema democrático (MENOCAL, 2007): o controle das decisões governamentais sobre a política executada pelos representantes; eleições frequentes, livres e justas; o direito de voto; o direito de disputa a cargos públicos; a liberdade de expressão; o acesso a fontes alternativas de informação que não são monopolizados por

entidades governamentais ou demais grupos; e a liberdade de associação (que compreende o direito de formar e se juntar a associações autônomas, tais como partidos políticos, grupos de interesse, etc.).

Ou seja: reconhecer que existem outros recursos de informação disponíveis para uso também faz parte da democracia, pois o acesso à informação e à educação constitui-se num direito humano básico (MENOCAL, 2007) na sociedade do conhecimento e apresenta-se como um direito de fundamental importância.

Nesse aspecto, a democracia é um sistema que vai além das eleições (CASTELLS; CARDOSO, 2005); é uma questão de poder do povo, e o poder está acima de um mero voto. Na atual conjuntura social não é diferente: novas possibilidades de exercício de uma governança democrática são potencializadas por meio do engajamento de uma cultura política responsável e sustentável. Referente às instituições que disseminam a informação (bibliotecas, arquivos, centros de informação, entre outros), uma de suas missões é possibilitar o acesso universal à informação, objetivando a proliferação de conteúdos à sociedade em geral, sem distinção de posições, como por exemplo, socioeconômica, de cunho étnico/racial ou gênero/sexual.

Disseminar implica em circular as informações para a sua demanda, estando acessíveis nas circunstâncias em que esta se mostre “[...] diante de situações que demandem uma determinada compreensão que eles ainda não detêm, em função de haver uma ausência a esse respeito em seu conhecimento de mundo” (SANTANA, 2013, p. 9).

Quanto aos recursos tecnológicos disponíveis para a disseminação da informação, se constata que as TIC viabilizam desde sua ascensão, diferentes possibilidades de interação social e novas relações. É possível criar e reinventar espaços, praticar a cidadania, a democracia e disseminar novas práticas educativas (CASTELLS; CARDOSO, 2005). Dentre as maiores contribuições derivadas do uso das TIC, destacam-se os movimentos sociais em rede:

[...] são novas formas do movimento democrático, movimentos que estão reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia criado em torno da interação entre espaços locais

e redes de internet, movimentos que estão experimentando com a tomada de decisões em assembleias e reconstruindo a confiança com a base da interação humana (CASTELLS, 2012, p. 223, tradução nossa).

O movimento democrático decorrente da interação humana possibilitada pelas TIC implica também em lutar pelo que é de direito, em cumprir deveres, assim como respeitar, apoiar e se solidarizar com as diferenças e as divergências, incluindo demais atos a favor da justiça social, liberdade e igualdade humana. Em verdade, este mesmo movimento em favor da democracia se relaciona com a questão social e suas mais variadas expressões, resultando também na desigualdade, na exclusão social e, por conseguinte, na tentativa de inclusão social.

No seu devido lugar, a exclusão social se constitui no “processo mediante o qual os indivíduos ou os grupos são total ou parcialmente excluídos de uma participação plena na sociedade onde eles vivem”. Relaciona-se diretamente com a pobreza, desigualdade, violência, preconceito, desemprego, entre outros aspectos da vida social, que evidenciam as situações de vulnerabilidade e que exigem intervenções para superar a problemática da desigualdade social (EUROPEAN FOUNDATION..., 1995, p. 129, tradução nossa).

Dessa perspectiva, as tentativas de inclusão se fazem por meio de ações, programas ou políticas que promovem a cidadania e o acesso aos direitos sociais para que as pessoas possam viver em condições dignas, num projeto de sociedade justa e igualitária. Barja e Gigler (2006) discutem que a linha de pobreza implica na capacidade básica para ser considerado membro efetivo da sociedade atual, contendo três componentes: ativos, informação e comunicação. Para resumir, os indivíduos deveriam usufruir de um conjunto mínimo de ativos relacionados às TIC, saúde, educação, proteção social, entre outros. E deveriam ser aptos para trocar - receber e fornecer - informações básicas sobre o mundo que lhes cercam e se comunicar por meio da análise destas, seja sobre assuntos cotidianos, políticos, econômicos ou quaisquer outros. A ênfase está nas capacidades requeridas e que se conectam com a gênese da competência em informação: o desenvolvimento cognitivo e continuado no indivíduo para que este se

reconheça como apto a identificar, buscar e solucionar suas lacunas de informação, o que implica também em lutar por seus direitos.

Ademais, Arendt (2007, p. 381-382) entende a cidadania como o “direito a ter direitos”. Em concordância com a noção de cidadania, os direitos humanos são vistos como um conjunto de regras que objetivam proteger as necessidades básicas do indivíduo e as prerrogativas que a vida em sociedade proporciona, a fim de que o mesmo indivíduo, no mesmo tempo em que é útil para a sociedade, tenha harmonia e usufrua de paz (PARANÁ, 2010).

Mascaro (2013), ao tratar sobre direitos humanos, aponta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, concebida no período pós-guerra, ascende nas relações internacionais, representando o começo de um processo acerca dos direitos humanos do cidadão nacional, passando a ser direitos do “cidadão do mundo”. Assim, a DUDH traz consigo uma transformação expressiva na erradicação da barreira existente entre o Estado (espaço exclusivo da atividade política) e a sociedade civil (local de garantia de direitos dos cidadãos). Tal lógica se refere aos povos e às nações, indistintamente, com o intento de que:

[...] cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Em conformidade com o aspecto global dos direitos humanos, o documento “Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002) expõe que a educação com ênfase nos direitos humanos engloba as atividades de formação, divulgação e informação com o propósito de construir uma cultura universal de direitos humanos por meio da disseminação de conhecimentos e de habilidades e da reestruturação atitudinal com os seguintes objetivos: reforçar o respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais; prosperar

em completo a personalidade humana e o sentido da sua dignidade; impulsionar a compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre as nações, os povos e os grupos sociais; oportunizar as pessoas uma participação efetiva numa sociedade livre; e impulsionar as atividades das Nações Unidas em prol da paz.

Buscando uma aproximação igualitária com a sociedade em geral, o documento indica que os programas e iniciativas educacionais no âmbito de direitos humanos são dirigidos ao público em geral, em quaisquer níveis de alfabetização e de instrução, além de outras conjunturas sociais, incluindo os grupos vulneráveis, nos quais se incluem mulheres, crianças, deficientes, idosos, minorias, refugiados, populações indígenas, pessoas em extrema pobreza ou com HIV/AIDS (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002).

Outro exemplo de manifestação em prol dos grupos vulneráveis, de acordo com Rios e Silva (2015) ocorre na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001). Na ocasião, houve o reconhecimento do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das intolerâncias correlatas que ocorrem em virtude de raça, cor, descendência ou etnia, tendo em vista que as vítimas estão vulneráveis a sofrer múltiplas ou agravadas formas de discriminação por outros motivos, como sexo, língua, religião, opinião política ou diversa, origem social, poder aquisitivo, de nascença ou outro *status*.

3 VULNERABILIDADE SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Passando agora aos sentidos da vulnerabilidade social e dos movimentos sociais, pode-se afirmar que a primeira é compreendida como o estado vulnerável de um indivíduo, família ou conjuntura social, no que se refere à aptidão de controlar as forças que influem em seu bem-estar, ou seja, a “posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade” (BRASIL, 2007, p. 16). Já, quanto aos movimentos sociais Gohn (2011) os caracteriza como fontes inovadoras e base geradora de cognição.

Conforme Mendes (2015) aponta, existe um consenso entre as perspectivas discutidas na literatura quanto ao fato da vulnerabilidade social ser o resultado de condições de desigualdade social, podendo estar relacionado com a pobreza, a idade, o sexo ou a classe social. Sendo assim, as questões da vulnerabilidade e do risco social são tratadas a partir de duas perspectivas: a vulnerabilidade como o fato de algo ou alguém ser fisicamente exposto a um perigo; e como uma noção mais complexa, sendo a capacidade social de abordar riscos e danos. Em suma, os indivíduos, os grupos, as organizações, as comunidades e as nações também podem ser/estar vulneráveis.

Para Monteiro (2011), a vulnerabilidade social é uma construção social, fruto das transformações da sociedade, na qual se incorporam variadas formas de acordo com os condicionantes históricos. A autora reforça que as transformações desencadeiam mudanças profundas em torno da vida privada, realçando fragilidades e contradições.

Destarte, ser e/ou estar vulnerável está relacionado a ser competente na apreensão dos ativos físicos, humanos e sociais disponíveis. Os ativos físicos correspondem aos meios essenciais para a busca de bem-estar. Os ativos humanos consideram o trabalho como ativo principal e o valor agregado ao mesmo pelos investimentos em saúde e educação. Em contrapartida, os ativos sociais reúnem as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. Assim, a condição de vulnerabilidade considera a situação das pessoas a partir da inserção e da estabilidade no mundo do trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social (BRASIL, 2007, p. 14-15).

Discernir que a vulnerabilidade e os riscos sociais estão relacionados às noções de desigualdade social e de exclusão infere na associação das noções contemporâneas de direitos e de cidadania, os quais visam à promoção das habilidades dos indivíduos e do coletivo para captar, observar, refletir e ter entendimento sobre o mundo que os cerca, tornando-se aptos a se desenvolverem como indivíduo(s) e membro(s) da sociedade (JANCZURA, 2012).

Para sintetizar o exposto nesta seção, a figura 1 aponta alguns elementos característicos da vulnerabilidade social.

Figura 1: Elementos característicos da vulnerabilidade social



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Por meio da figura 1 e dos elementos que caracterizam a vulnerabilidade social, pode-se inferir que há indicadores sociais, coletivos e individuais para a vulnerabilidade, mas que ao mesmo tempo se constituem num “estado” e também numa “construção social”, os quais determinam desigualdades e fragilidades na sociedade, mas que podem ser superadas principalmente por intermédio das mídias sociais digitais e dos movimentos sociais e em rede.

Os movimentos sociais em rede surgem primeiramente no mundo árabe, em 2010, no movimento conhecido como Primavera Árabe. Na Europa e nos Estados Unidos, outros movimentos emergiram contra o gerenciamento estatal e demais injustiças sociais. Na América Latina, engajados em processos de luta por direitos igualitários e construção de identidades, evidenciam-se os movimentos das mulheres e o LGBT+ (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e demais) em diferentes formas e arranjos. A disseminação dos novos movimentos sociais visa também apontar as divergências referentes aos sistemas sociais, os quais atuam com mecanismos de elitização e opressão para assegurar o controle

sobre as camadas mais vulneráveis e precárias (CASTELLS, 2012; GOHN, 2011).

Fernandes (1993) expõe que numa mesma estrutura social, duas tendências são primordiais para o seu equilíbrio: o controle social e a produção de sentido. O controle e o sentido estão dentro da base que integra e orienta as mudanças, amparadas nas ideologias e modelos culturais. Entretanto, alguns segmentos populacionais são potencialmente vulneráveis, pois a sociedade não dispõe de meios institucionalizados que garantam com eficiência acesso aos direitos e respostas às demandas sociais.

No tocante à estrutura dos movimentos sociais, esta se mostra cíclica em dois sentidos: o primeiro sentido busca responder às circunstâncias, variando de acordo com os ciclos políticos, econômicos e ideológicos; o segundo sentido implica em seus próprios ciclos de vida. Nos movimentos sociais, há uma inclinação à existência de ciclos incidentes entre os eixos culturais/ideológicos, políticos/militares e econômicos/tecnológicos, além dos participantes/observadores, dando aos movimentos sociais mais peso, ou até peso único, a um ou outro

destes ciclos sociais apontados (FRANK; FUENTES, 1989).

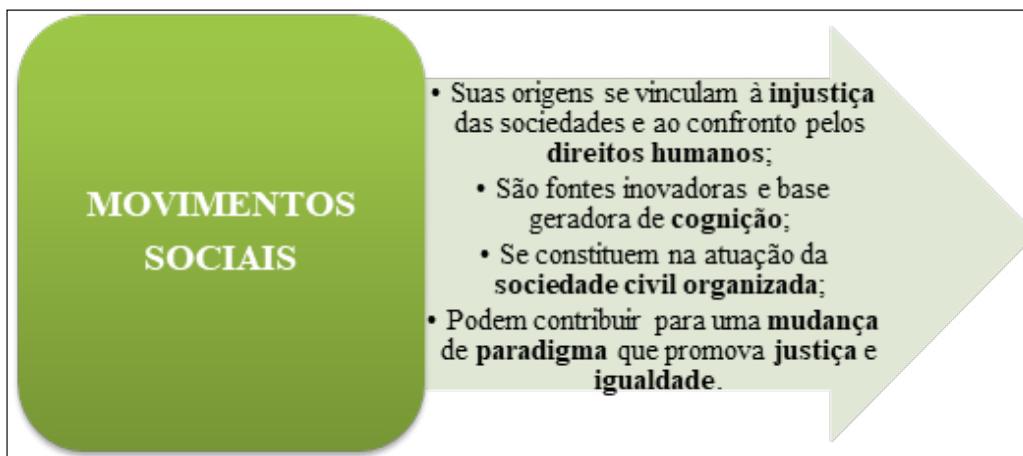
Acerca do surgimento e da formação dos movimentos sociais, Castells (2012) aponta que suas origens são intrínsecas à injustiça das sociedades e ao confronto pelos direitos humanos. Para cada contexto específico, uma demanda específica: seja para combater a exploração monetária, a pobreza, a desigualdade social, os Estados repressivos, os conflitos bélicos, o racismo, a xenofobia, o sexismo, a censura, o fanatismo religioso, a homofobia e outras atrocidades humanas. Estes movimentos podem contribuir para uma mudança de paradigma baseado na construção de um modelo de sociedade que promova justiça e igualdade.

Castells e Cardoso (2005) definem rede como a conjuntura de organização social fundamentada por tecnologias. Atualmente, as redes são flexíveis e adaptáveis, pelo custo mais acessível e sua capacidade de descentralizar-se. Estas representam autonomia de comunicação, oriunda da sociedade em rede e de suas plataformas de comunicação sem fio e contrastam com o onipresente controle governamental e corporativo nos

meios de comunicação de massa. As redes sociais digitais são apenas um item do fluxo comunicativo pelo qual os movimentos sociais interagem com a sociedade. Por isso, mostra-se pertinente a construção de espaços públicos pelos movimentos sociais que não se limitem à internet e de comunidades livres no meio urbano – pois estes espaços estão ocupados pelos interesses das elites dominantes e suas redes (CASTELLS, 2012).

Em seus desdobramentos, os movimentos sociais como base geradora de cognição têm caráter político-social (GOHN, 2011) e não são acontecimentos isolados: é por meio das suas redes de articulações que se estabelecem nas práticas cotidianas ao desenvolver mecanismos de aprendizagens e valores político-culturais construídos no processo interativo. Sob este foco, entender o contexto dos movimentos sociais no século XXI é assimilar que os atores sociais buscam pelos seus direitos num espaço de política não-institucional, reivindicando questões que tratam dos direitos humanos, de discriminações, de autonomia pessoal e identidade. A figura 2 apresenta os sentidos possíveis da temática “movimentos sociais”.

Figura 2: Movimentos sociais e seus significados



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Por conseguinte, e conforme destacado na figura 2, os movimentos sociais visam superar as lacunas existentes entre as esferas sociais e incluir os grupos vulneráveis na sociedade, além disso, e para o esforço de colaborar com o princípio da ação na vida humana, Castells (2012) expõe que os movimentos sociais surgem por vias emocionais. Os movimentos não começam com

um determinado programa ou uma estratégia política, mas sim quando a emoção torna-se ação.

Mais do que ação, pode-se dizer que os movimentos sociais, na atualidade, ocorrem de maneiras distintas nas diferentes localidades, embora tenham como características em comum a atuação da sociedade civil organizada. De modo geral, ao comparar movimentos sociais

na América Latina, por exemplo, percebe-se que mesmo abrangendo questões como luta de classes, sexo/gênero, raça/etnia, entre outros, se apresentam diferenças sociais, culturais, jurídicas, institucionais, etc. (GOHN, 2011).

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

A discussão sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social é fundamental para analisar o atendimento às necessidades de informação de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis. O processo de desenvolvimento da competência em informação na sociedade do conhecimento envolve, entre outras habilidades, assimilar as contínuas mudanças tecnológicas. Não se limita apenas ao uso das tecnologias disponíveis, vai além e envolve práticas de informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional (BRUCE, 2002).

A competência em informação é parte do processo educacional e, portanto, um dos direitos fundamentais do ser humano. Em contrapartida, o documento “Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes” (UNESCO, 2009) infere que a cobertura dos programas governamentais e não-governamentais continua sendo, em geral, limitada às necessidades e à demanda efetiva, marginalizando as populações rurais, indígenas e afrodescendentes, migrantes, pessoas com necessidades especiais e privadas de liberdade ao manter e aumentar a exclusão, ao invés de reduzi-la.

Um dos temas principais das discussões contemporâneas referentes à democracia e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da democracia tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa. Esta visão complementa as teorias democráticas tradicionais e amplia as possibilidades de viabilizar meios para a inclusão social efetiva das demandas e de seus componentes (COACCI, 2015). A competência em informação é um dos componentes de emancipação cognitiva dos indivíduos. Hoje, e, considerando a vulnerabilidade social, a predisposição de localizar informações, assimilá-

las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável.

O discernimento das diferenças sociais é um dos grandes desafios de nossa sociedade, em esfera global. Em determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida. Apesar das facilidades e amplitude que as TIC trouxeram, houve também um grande “desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança” (BARI, 2010, p. 349).

Para a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, a contemporaneidade apresenta um desafio mais amplo: se em princípio, a preocupação era voltada ao desenvolvimento de ferramentas e meios para a recuperação da informação nos suportes disponíveis de conhecimento, e atualmente há a necessidade de educar as pessoas, pois os indivíduos têm o direito de usufruir do conhecimento constituído pela humanidade e sistematizado pelas áreas em questão. O conceito e a aplicabilidade da competência em informação se tornam gradativamente interdisciplinar, pois ocorre uma junção de teorias, passando desde o campo da educação até outros campos da ciência (BARI, 2010).

No quesito educação, a competência em informação está diretamente relacionada ao “aprender a aprender” e ao senso crítico: é o agrupamento da noção e conhecimentos essenciais para se discernir quando a informação é necessária para solucionar um problema ou para a tomada de decisão, tanto quanto unir esta informação exata em terminologias e vocabulário pesquisáveis, para que, na sequência, se torne necessário localizar as informações de forma eficaz, bem como recuperar, compreender, estruturar e avaliar sua pertinência e repassar aos demais indivíduos (HORTON JR., 2008).

Mais ainda: o indivíduo competente em informação deve saber de que maneira se beneficiar dos conhecimentos existentes para compreendê-los e integrá-los em seus próprios conhecimentos (LAU, 2007). Nesta confluência, estamos nos referindo não a uma “mera” competência, mas a uma “metacompetência”, revestida de dimensões e de características que a tornam fundamental na sociedade. Para melhor visualização do núcleo característico da competência em informação, a figura 3 ilustra esta perspectiva.

Figura 3: Elementos característicos da competência em informação



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Como se pode perceber na figura 3, a concepção da competência em informação está diretamente associada à premissa da educação para a informação. E, para que ocorra o desenvolvimento desta competência nas pessoas, é necessário um aprendizado continuado. Para Silva et al. (2005), o eixo educacional é determinante para a configuração social atual, visto que a educação para a informação deveria ser um viés de política pública para a inclusão digital, em qualquer âmbito ou instituição que se proponha a este tipo de iniciativa. E não somente a inclusão digital, mas também a inclusão social dos indivíduos e, prioritariamente, dos grupos vulneráveis.

É de assinalar que a inclusão social é substancial em se tratando da superação das questões de vulnerabilidade social e informacional. Ser alfabetizado não significa ser letrado. Saber ler e escrever não é sinônimo

de, por exemplo, construir um argumento plausível ou localizar um livro num catálogo, entre outras situações (BUZATO, 2003). À vista disso, a competência em informação possibilita às pessoas o aprendizado contínuo ao longo da vida, tornando-as capazes para encontrar, avaliar e usar as informações na tomada de decisões ou na resolução de problemas. O indivíduo competente em informação é potencialmente capaz de constatar quais são suas demandas informacionais, como ordená-las e pô-las em prática, incorporando-as num conjunto de conhecimentos existentes e utilizando-as na solução de problemas (SILVA et al., 2005).

Na esteira da defesa da competência em informação, Paul Zurkowski (1974) já antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à competência em informação. De acordo com as suas sugestões, os recursos informacionais

deveriam ser aplicados à resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação (ZURKOWSKI, 1974).

O movimento da competência em informação iniciado nos Estados Unidos, tornou-se um movimento social, percorreu e alcançou diversos países - com a criação de entidades, a realização de encontros profissionais, a implantação de programas e o desenvolvimento de pesquisas que levaram a temática a se constituir num dos assuntos mais discutidos na atualidade (CAMPELLO, 2003).

O movimento em torno do tema ocorreu em circunstâncias peculiares ao contexto daquele país, seguido da evolução das ações educativas noutros cenários, mas que, em suma e para Campello (2003, p. 28), desenvolveu-se e se desenvolve até os dias de hoje, ao redor de quatro aspectos: a sociedade da informação, as teorias educacionais, a tecnologia da informação e o profissional da informação. Ou

seja, a competência em informação alinha-se aos movimentos sociais (GOHN, 2011), que por meio de mecanismos de aprendizagem e de atores sociais reivindicam questões que tratam dos direitos humanos (acesso à informação) e da autonomia pessoal (independência e liberdade no trato com a informação).

Segundo Varela (2006), como um movimento social, a competência em informação alcançou dimensões mundiais e atualmente volta-se para o aprendizado como processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais, comportamentais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica.

Observa-se, assim, no que se refere aos temas aqui tratados e, diante das conexões encontradas entre os conceitos discutidos, uma “ponte” possível entre a vulnerabilidade social, a competência em informação e os movimentos sociais. É o que se pretende estabelecer por meio da figura 4.

Figura 4: A “ponte” entre a competência em informação, a vulnerabilidade social e os movimentos sociais



Fonte: dados obtidos na pesquisa

A perspectiva apresentada na figura 4 responde a uma idealização daquilo que se considera uma “ponte” agregadora para uma agenda de pesquisa nas áreas. Deve-se ressaltar, no entanto, que a competência em informação na sociedade do conhecimento é uma necessidade, porém não está ao alcance de todas as pessoas. As TIC facilitam a interação social por meio digital, pois permitem a comunicação e a execução de atividades com rapidez e agilidade ímpares, entretanto, ser competente em informação vai muito além do simples manuseio dos recursos disponíveis.

Uma das noções de exclusão social e por consequência, de vulnerabilidade, vai de encontro com a competência em informação, ao passo que a exclusão social é vista como um processo em que determinados indivíduos são alçados a margem da sociedade e impossibilitados de participarem plenamente dela, em detrimento de sua pobreza ou da ausência de habilidades básicas e de meios de aprendizagem ao longo da vida, ou também do resultado de discriminação (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, por meio de uma revisão de literatura, expor, contextualizar e relacionar alguns conceitos intrínsecos à vida na sociedade da informação ou do conhecimento. Os conceitos apresentados possibilitaram estabelecer que a vulnerabilidade social, particularmente, está diretamente relacionada com a competência em informação e esta, por sua vez, com os movimentos sociais. A Ciência da Informação e a Biblioteconomia têm como função social a promoção da cultura e a democratização da informação. Deste modo, reconhecer que os indivíduos possuem características e necessidades de informação distintas e que podem estar suscetíveis à vulnerabilidade faz parte da responsabilidade social, profissional e científica.

No contexto da vulnerabilidade social, a competência em informação deve ser tratada de maneira mais aprofundada considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto individuais quanto coletivas. Os movimentos sociais contemporâneos por meio das TIC podem unir e movimentar um grande número de indivíduos na luta por determinada

causa, como por exemplo, democracia, direitos humanos, transparência e acesso à informação.

Outro aspecto fundamental a considerar trata do papel da competência em informação na sociedade do conhecimento, tendo em vista que é substancial qualquer atividade pessoal ou profissional, contributiva no desenvolvimento das habilidades necessárias para identificar e resolver os problemas cotidianos e informacionais. A educação e o conhecimento são dois pilares fundamentais na sociedade, pois, de certo modo, ampliam as possibilidades de desenvolvimento e emancipação. Ser competente implica em ser potencialmente capaz e independente para realizar escolhas simples ou complexas, assim como, compreender o papel de cidadão a que nos foi designado, como indivíduos de uma sociedade democrática como a que vivemos no cenário brasileiro.

Cabe salientar que “ponte” entre a vulnerabilidade social, a competência em informação e os movimentos sociais foi proposta como subsídio para uma pesquisa mais ampla e em andamento sobre as necessidades informacionais para o desenvolvimento da competência em informação de minorias sociais, com ênfase nas pessoas trans. A proposta de conexão foi concebida com o intuito de compreender que a inferência da competência em informação para a vulnerabilidade social/informacional pode ser útil numa posterior reflexão e aplicação em diversas instâncias, seja por meio de políticas públicas, de pesquisas científicas ou em projetos sociais.

Somos favoráveis à ideia do despertar da consciência cognitiva e acreditamos que esse desenvolvimento pode ajudar na construção de uma sociedade menos desigual e mais propensa ao espírito crítico e intelectual. Como proposta de pesquisas futuras, cabe refletir sobre a criação de medidas para superar a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade em informação, por meio da inclusão destes temas na formação acadêmica e nas práticas profissionais, bem como nas ações, projetos e políticas públicas.

Ainda há muito a ser feito e a partir dos apontamentos aqui apresentados, pretendemos dar início a uma reflexão mais aprofundada, principalmente, no que concerne a equilibrar conhecimento com acesso irrestrito aos indivíduos em geral, a quebrar preconceitos devido às diferenças sociais, culturais, divisão de gêneros e demais ideologias separatistas.

INFORMATION LITERACY IN THE SOCIAL VULNERABILITY'S CONTEXT: POSSIBLE CONNECTIONS

ABSTRACT

It discusses the complex thematic of social vulnerability in the knowledge society and the relationship with information literacy, including related terms such as democracy, inclusion and social exclusion, citizenship, human rights and social movements. A "bridge" between information literacy, social vulnerability and social movements is designed with the aim of approaching the main themes of the study, through a literature review. The social or sociocultural approach of Information Science is substantial, since information users are not individuals inserted in parallel worlds, but in socially constructed worlds. In this way, social research aimed at vulnerable populations and their information needs becomes relevant. Needs that can be met with the development of the information literacy, component of the individuals' cognitive emancipation. It is concluded that the predisposition to locate information, assimilate it and incorporate it as acquired knowledge, whether in a professional and/or personal context is invaluable.

Keywords: *Information literacy. Social vulnerability. Social movements. Knowledge society. Human rights.*

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A "revisão bibliográfica" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Orgs.). **A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-44.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BARI, Valéria Aparecida. A relação entre a inclusão social na Universidade Brasileira e o desenvolvimento da Competência Informacional: implicações no campo teórico da Ciência da Informação e na prática de seus agentes sociais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XI ENANCIB). **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2010.
- BARJA, Gover; GIGLER, Björn-Sören. Qué es y cómo medir la pobreza de información y comunicación en el contexto Latinoamericano. **Pobreza digital: las perspectivas de América Latina y el Caribe**, 2006.
- BELLUZZO, Regina Celia Baptista et al. Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.6, n.1, p.81-99, dez. 2004.
- BRASIL. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília, 2007. Disponível em <http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- BRUCE, Christine Susan. **Information literacy as a catalyst for educational change: A Background Paper**. Paper commissioned for UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10150/106385>> Acesso: em 20 jan. 2018.
- BUENO, Roberto. A democracia e seus fundamentos em Norberto Bobbio. **Eidos**, Barranquilla, n. 12, p. 88-118, jun. 2010.
- BURCH, Sally. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENIA, Daniel (Coords.).

Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação. 2005.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento digital abre portas para o conhecimento. **EducaRede**, 2003.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p.28-37, set./dez. 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignación y Esperanza:** los movimientos sociales en la era de Internet. Alianza Editorial: Madrid, 2012, 294 p.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede:** do conhecimento à ação política; Conferência. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

COACCI, Thiago. DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOAFETIVIDADE: DISCURSOS JUDICIAIS BRASILEIROS SOBRE HOMOSSEXUALIDADES, 1989 - 2012. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, dez. 2015.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (COM). COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES. **RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social (2003-2005)**. Bruxelas, 2003. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021837.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS PUBLIC WELFARE SERVICES AND SOCIAL EXCLUSION (EUROFOUND). **The Development of Consumer Oriented Initiatives in the European Union**. Dublin, 1995.

FERNANDES, António Teixeira. Conflitualidade e Movimentos Sociais. **Análise Social XXVIII**, n. 123- 124, 1993, p.787-828.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 17, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding information literacy:** a primer. Paris: UNESCO, 2008.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca Del Rio: IFLA, 2007.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MASCARO, Laura Degaspere Monte. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: Educação para o Pensamento e para a Política. In: **V Colóquio Interamericano de Educação em Direitos Humanos**, 2013, Goiânia. V Colóquio Interamericano de Educação em Direitos Humanos, 2013.

MENDES, José Manuel. **Sociologia do risco:** uma breve introdução e algumas lições. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MENOCAL, Alina Rocha. **Analysing the relationship between democracy and development:** defining basic concepts and assessing key linkages. Wilton Park Conference on Democracy and Development, 2007.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO MERCOSUL, 3., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas, SEPOME, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. 1948. Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 14 abr. 2017.

_____. **Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância**, de 8 agosto a 31 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/WCAR/durban.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos**. 2002. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Serie_Decada_2.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UII/confintea/pdf/Preparatory_Conferences/Conference_Documents/Latin_America_-_Caribbean/confinteavi_olhares_5_continentes.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2017.

RIOS, Roger Raupp; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 11-37, abr. 2015.

SANTANA, Glessa Heryka Celestino de. A interface da informação com a construção do conhecimento: os estoques de informação como mediadores do processo. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 4-15, 2013.

SILVA, Helena et al. A inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr., 2005.

TEDESCO, Juan Carlos. Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 13-28, nov. 2002.

VARELA, Aida Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, Antônio, SIMEÃO, Elmira (Orgs.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. (Série Comunicação da Informação Digital, v. 4).

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities**. Related Paper n. 5. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, 1975.